

## **FEIRAS DO VALE: O DESTINO DE EXCEDENTES PRODUTIVOS EM FEIRAS LIVRES DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS**

FAIRS OF THE VALLEY: THE DESTINATION OF PRODUCTIVE EXCESSES IN FREE FAIRS OF JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS

### **Alexandro Moura Araujo**

Email: alexx\_m\_a@hotmail.com

Pós Graduando em Gestão Pública - IFNMG; Graduando em Administração na UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil

### **Eduardo Magalhães Ribeiro**

Email: aleex.moura@gmail.com

Docente do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, MG, Brasil

Manuscript first received/Recebido em: 09/06/2017 Manuscript accepted/Aprovado em: 28-12/2017

### **RESUMO**

Feiras que são trocas econômicas, trocas de relações, trocas de solidariedade. O objetivo deste trabalho foi analisar a importância que a feira representa para a economia municipal. Percebe-se que durante os fins de feiras livres é recorrente haver sobras de vários produtos, este estudo visou também descobrir para quais fins são destinados os excedentes. Para a realização da pesquisa sucedeu-se a aplicação de questionários aos feirantes e aos comerciantes locais. Foi observado que as feiras pesquisadas possuem dinâmicas diferentes quanto às formas de comercialização, em relação às suas estratégias. O excedente produtivo aos fins das feiras pode estar relacionado a um conjunto de fatores, dentre eles a decisão da quantidade a ser comercializada pelos feirantes, além da sazonalidade produtiva, que faz com que uma grande parcela de feirantes comercialize alguns produtos similares, principalmente na época das chuvas. Porém, observou-se que os feirantes dão destinos distintos aos produtos que não são vendidos até o final das feiras, ocorrendo principalmente doações às escolas e igrejas, principalmente os produtos de maior perecibilidade, como as hortaliças.

**Palavras-chaves:** Vale do Jequitinhonha. Feiras livres. Excedentes.

## **VALE'S FAIR: the destination of productive surplus in free trade fair of Jequitinhonha, Minas Gerais**

### **ABSTRACT**

Fairs that are economic exchanges, exchanges of relations, exchanges of solidarity. The objective of this work was to analyze the importance that the fair represents for the municipal economy. It is noticed that during the ends of free fairs it is recurrent to have leftovers of several products, this study also aimed to find out for which ends the surpluses are destined. In order to carry out the research, questionnaires were applied to local marketers and merchants. It was observed that the fairs surveyed have different dynamics regarding the forms of commercialization, in relation to their strategies. The productive surplus at the end of the fairs can be related to a set of factors, among them the decision of the quantity to be marketed by the marketers, in addition to the productive seasonality, that causes a large number of marketers to sell some similar products, the rains. However, it was observed that the marketers give different destinations to the products that are not sold until the end of the fairs, mainly giving donations to schools and churches, especially products of greater perishability, such as vegetables.

**Keywords:** Jequitinhonha Valley. Free fairs. Surpluses.

### **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo deste estudo é analisar os destinos recorrentes de excedentes da produção levada às feiras livres pelos agricultores (as) familiares de dois municípios mineiros, situados nos Território do Alto e Médio Jequitinhonha, sendo Turmalina e Chapada do Norte, respectivamente. Mas estudar esses destinos são se referem aos excedentes oriundos da sua atividade agrícola, sendo as feiras um destino comum. Trata-se de desmitificar os produtos oriundos de fins de feiras como residuais, visto que são adotadas estratégias de aproveitamento desse produto. Não se tratam de alimentos descartados, tampouco de sobras produtivas. O alimento possui a sua importância, sendo valorizado ainda mais a força do trabalho familiar.

Assim sendo, a primeira parte deste trabalho busca uma aproximação com o tema da produção agrícola familiar, visto que o objeto de pesquisa deste estudo é a população rural, que exerce nas feiras uma atividade econômica capaz de lhe gerar o sustento da sua família. Na porção do Jequitinhonha mineiro, percebe-se que há uma grande concentração de comunidades rurais, povoadas por agricultores (as). Exercem atividades que são baseadas no trabalho, por meio da gestão e divisão do trabalho familiar. Participam da economia local por meio da oferta de seus produtos em mercados mais adaptados às necessidades e gosto da população, compondo uma oferta de produtos bastante variados.

A agricultura familiar, além de possuir um grande potencial de abastecimento, possui uma dimensão significativa no que tange aos hábitos alimentares locais, pautados pelas identidades culturais. Por outro lado, percebe-se uma busca por alimentos cada vez mais diversificados, interligados pela qualidade e saudabilidade. As feiras livres desempenham esse canal direto entre o cliente e o agricultor, que assegura a oferta conforme as necessidades locais. Dessa forma, em um segundo momento, buscou-se discutir sobre as feiras livres e o papel que estas exercem no desenvolvimento dos municípios pesquisados, uma vez que além da geração de renda a partir da venda dos produtos, boa parte do que os feirantes ganham são destinados às compras no comércio urbano, onde se reabastecem com mantimentos nas quais não produzem.

Por fim, o próximo tópico trata-se de mostrar os principais resultados da pesquisa realizada nos municípios, executada por meio da aplicação de questionários mistos aos feirantes e comerciantes locais, visando a dinâmica logística dos produtos que não são escoados nas feiras livres do vale, a fim de fomentar novas perspectivas, como sendo realocados ou reaproveitados tantos por programas institucionais, como por meio da interferência do governo local.

## 2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO VALE DO JEQUITINHONHA

Os sistemas produtivos relacionados à atividade agrícola, segundo Ploeg (2009), são divididos basicamente em três arranjos econômicos bastante diferenciados, que se combinam: o sistema de produção capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa.

A agricultura empresarial é um sistema totalmente dependente de capital. Dessa forma, seu objetivo é buscar a produção massificada e de grande escala, pautado principalmente pela necessidade de elevados ganhos em pouco tempo, que se torna viável por meio da aquisição de diversas unidades de produção, buscando-se agregar valor a estes produtos (PLOEG,

2009). A agricultura capitalista tem como principal busca tornar o negócio lucrativo, e o valor agregado de seus produtos pode ser reduzido em função da busca pelo capital (PLOEG, 2009). Com a produção capitalista, “a força de trabalho e os demais recursos entram no processo como mercadorias e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria” (PLOEG, 2006, p.19). Dessa forma, o valor agregado passa a ser rebaixado na medida em que há um aumento do ganho individual das empresas, de forma a se tornarem estagnadas em níveis locais. Sua expansão muitas vezes está condicionada à supressão de camponeses e grilagens de suas terras (PLOEG, 2006).

Segundo Wanderley (2009), o camponês se identifica com o agricultor familiar, sendo este uma criação da modernização da agricultura, isso porque o mesmo resultou de uma orientação diferenciada de sua “versão” mais antiga: o campesinato. O camponês não tem uma existência reconhecida no Brasil, “sendo seu trabalho e seu modo de vida assimilada à condição operária, [...] outros ainda o viam como a representação do atraso e da incultura” (WANDERLEY, 2009, p. 37). Dessa forma, era visto como um ator impossibilitado de gerar progresso e dinamização econômica, visto que não buscava aumentar sua produção, se limitando apenas à automanutenção da família. Os mesmos também eram considerados contrários à ideia do desenvolvimento tecnológico, da ciência e do risco (WANDERLEY, 2009).

Ainda para Wanderley (2003), o agricultor familiar também se torna um camponês ‘adormecido’ porque a própria família é a base central na tomada de decisões sobre o sistema produtivo. Esse agricultor é detentor de certa especialização quanto à sua técnica produtiva, sendo “aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza” (WANDERLEY, 2003, p. 54). A agricultura familiar, então, pode ser entendida pela identificação da família com a terra e a gestão de sua produção, onde i) os investimentos em produção são realizados por laços familiares ou de parentesco; ii) o tempo da força produtiva da família é destinado ao seu próprio terreno e iii) pelo domínio dos meios produtivos (ORTEGA, 2008).

O aparecimento da figura do agricultor familiar foi bastante debatido por diversos autores ao longo do tempo, como Lamarche (1993); Alves (1997); Abramovay (1998); Assis (2005), Ploeg (2009), Wanderley (2009), entre outros. Explorando vertentes que perpassam o sistema de produção, a terra, o trabalho, gestão e a criação de valor, política, emprego, soberania alimentar, entre outros. Segundo Wanderley (2009), a figura do agricultor familiar também pode se configurar como um agricultor territorial, visto que os mesmos “são grupos

sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural” (WANDERLEY, 2009, p. 40). Percebe-se que essa indicação do termo agricultura familiar passou a ser usada após a década de 1990, por meio de esforços de definições acadêmicas, legais e sindicais.

A agricultura familiar passou por uma grande mudança no que tange aos mercados: com os efeitos da modernização da Revolução Verde, associados com o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, o agricultor familiar buscou outras formas de responder às dificuldades de produção, por meio da pluriatividade (CARNEIRO, 1998, p. 54). A oferta pluriativa de produtos exige que os mesmos tenham grande capacidade organizativa dentro da gestão familiar. A combinação de novas formas de ocupação do rural, de maneira a gerar renda fica nítida, na medida em que “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola” (CARNEIRO, 1998, p. 56), com a busca por novas atividades, como maior valor agregado ou aproveitamento do espaço, do modo de vida, incluindo o turismo rural. O rural é desenvolvido pelos próprios agricultores que buscam novas alternativas de agregação de valor na oferta de produtos e serviços, a partir do reconhecimento da sua realidade e das condições que possuem de mudança, para aumentar sua renda.

O espaço na qual o agricultor familiar fica inserido vai além das concepções econômicas, tem importância no desenvolvimento territorial, visto sua alta capacidade de produzir ocupações, renda e qualidade de vida. Segundo Pecqueur (2005), anteriormente se abordava o desenvolvimento no meio rural a partir do local. Segundo o mesmo, isso refletia o desenvolvimento como de pequena proporção, e então passou a ser compreendido na dimensão territorial. O desenvolvimento territorial que envolve o agricultor familiar deve levar em consideração a conversação com a sua realidade local, sendo que os seus produtos possuem interligação e reconhecimento na comunidade (COUTO ROSA, 1999).

O território representa um fluxo com histórico cultural, político e de identidade. Território pode ser dado ou construído: de acordo com Pecqueur (2005), o território dado é aquele em que já existe, onde se passa a observar as situações cotidianas (*à priori*). Já o território construído é aquele que se estabelece em decorrência da intervenção das pessoas (*à posteriori*). Em suma, embora ambos sejam de fácil determinação, “deve-se entender que o território é, ao mesmo tempo, um ‘envolvente’ (*‘contenant’*, o que contém) e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo” (PECQUEUR, 2005, p. 13). O território tem como principal característica o construto histórico realizado pelos seus atores, não sendo resultado de formulações antecedentes: “em outros termos, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, e é nisto que constitui uma inovação” (PECQUEUR,

2005, p. 12). Esta concepção de território é muito importante para compreender o lugar que está sendo analisado, que neste estudo é o vale do Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha se localiza no nordeste de Minas Gerais, havendo três territórios distintos. O Jequitinhonha se divide em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha é uma região composta por agricultores (as) que habitam mais os campos e os chapadões (RIBEIRO, 2007), além da “posse da terra pulverizada e migração sazonal” (GALIZONI, 2013, p. 29). Já o Baixo e Médio Jequitinhonha são influenciados economicamente pelas grandes fazendas, mesmo que socialmente mantenham a essência camponesa (GALIZONI, 2013).

A região do Jequitinhonha erroneamente ainda é compreendida por muitos autores, assim como pela sociedade, como um local de grande precariedade, tanto econômica como social. Tem-se a imagem que o “lavrador do Jequitinhonha é um pobre-coitado, que viveria na miséria ou no favor, vegetando na ignorância, sobrevivendo graças à mão generosa do Estado” (RIBEIRO, 2007). Ainda para Ribeiro *et. al.* (2003), foi por conta dos estudos e artigos elaborados na segunda metade do século XX que fizeram essa associação de miserabilidade do Vale do Jequitinhonha, sendo em decorrência de dois pontos: primeiro, pela “integração das regiões econômicas nacionais; outro, mais local, associa-se aos processos técnicos e culturais regionais” (RIBEIRO *et al.*, 2003, p. 06).

No Jequitinhonha, o espaço rural é organizado em grande quantidade de comunidades rurais, dispostas em terrenos que possuem forte ligação familiar. “As comunidades criaram normas localizadas, costumeiras e seletivas de consumo dos recursos naturais, e nelas, a ascendência é a condição fundamental para o acesso à terra”. (RIBEIRO, 2007, p. 37). Segundo o mesmo autor, o acesso a essas terras se faz por meio de descendência ou casamentos, baseados na decisão familiar, que estabelece a estratégia de reprodução das famílias. Indica-se a permanência de alguns destes na terra ou a necessidade de deslocamento de outros para outra unidade e formação familiar.

As lavouras no Jequitinhonha iniciam-se pela escolha da terra pelas famílias: “é resultado de um cálculo entre as possibilidades produtivas da terra e da família” (RIBEIRO, 2007, p. 56), visto que com as variações ambientais esses agricultores (as) criam estratégias para compor determinadas culturas nos espaços disponíveis. Cada produto se identifica com uma qualidade de terra apropriada para o seu plantio, pois “as terras vão ‘mudando de clima’ (...) de acordo com sua fertilidade” (FREIRE, 2013, p. 67). A colheita, por sua vez, está atrelada ao ritmo e a sazonalidade produtiva, expressando “a combinação dinâmica do ritmo

de crescimento de cada planta, da sucessão das plantas na roça, e principalmente, da composição do trabalho da família” (RIBEIRO, 2007, p. 56).

### 3 AS FEIRAS LIVRES DO JEQUITINHONHA

A feira livre é mais que um espaço de comercialização de produtos, sendo também “pontos de encontro desses lavradores com os mercados, para trocas econômicas, culturais, para socialização” (RIBEIRO, 2007, p. 45). As feiras livres também realizam “relações de trocas, materiais e simbólicas, econômicas e não econômicas” (SERVILHA, 2008, p. 112). Da mesma maneira, Porto (2005), acredita que as feiras livres não devem ser vistas apenas como instituições comerciais, mas também um espaço de contextos sociais, “sendo um limiar difuso entre o rural e o urbano, fim da fase produtiva e início da fase de consumo” (ANJOS *et al.*, 2005, p. 19). Nesse sentido, refletem a pluralidade que as atividades econômicas geram, “que são resultantes de diferentes formas de integração econômica e de articulação entre cadeias produtivas que favorecem a agregação de valor” (PERICO, 2009, p. 27).

O surgimento das primeiras feiras livres no país remonta ao período colonial, com características semelhantes às feiras medievais portuguesas, que exigiam uma grande preparação, pois aconteciam semestralmente ou anualmente (LIMA; SAMPAIO, 2009). Segundo Guimarães (2010), a feira surgiu com a chegada dos portugueses no Brasil, onde se encontravam produtos caracteristicamente africanos, como quitandas ou produtos locais, estabelecidos em espaços ao ar livre. As vendedoras escravizadas negociavam os produtos que eram feitos em casa, de origem agrícola ou pescados. Em 1711, as feiras foram oficializadas pelo Marquês do Lavradio. Segundo Garcia (2002), as feiras livres têm relação com o período de escravidão no Brasil, dando aos escravizados contatos comerciais.

Desde a década de 1980 os agricultores (as) do Jequitinhonha enfrentam a dicotomia entre produzir e buscar inserção dos seus produtos em variados mercados, mesmo em outros locais. Para Ribeiro (2007), como esses produtos muitas vezes possuem baixo valor agregado, as dificuldades são bastante acentuadas: o transporte fica comprometido e os custos não são compensados. Dessa maneira, “os lavradores, as organizações locais e as administrações públicas buscaram fortalecer os mercados locais e entre essas iniciativas, está o apoio às feiras livres municipais” (RIBEIRO, 2007, p. 45). Elas cumprem um papel bastante importante enquanto comercializam produtos de agricultores familiares, de modo a minimizarem a quantidade que estes ofertam, se comparados às grandes redes (CEPAL, 2014).

Nas atividades agrícolas, os próprios agricultores (as) são também os vendedores das mercadorias nas feiras, sem altos ganhos, não ocorrendo, então, o “mecanismo de endividamento e atrelamento do produto ao capital comercial ou usurário, como é comum na agricultura brasileira” (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983, p. 99), visto que além dos feirantes trabalharem com estoques menores, passam por renovação produtiva a todo o momento, garantindo qualidade superior e diversidade na oferta de produtos, se comparados com o varejo (GODOY, 2005). Quanto à quantidade de produtos ofertados nas feiras do Jequitinhonha, Ribeiro (2007) salienta que são variáveis, dependendo do tamanho que do espaço de realização, da quantidade de ponto de venda, dos produtos ofertados, entre outros.

Como espaço de circulação econômica, as feiras livres caracterizam-se pela oferta de produtos que os agricultores produzem além daqueles voltados ao seu consumo. Nas feiras percebe-se uma relação de negociação com outros feirantes, que dispõem de produtos que não são encontrados em seu roçado, havendo então, a necessidade de trocar as mercadorias que mais demandam (SOUSA, 2004, p. 196). As feiras, segundo Ribeiro *et al.* (2003), são vistas como uma alternativa de comercialização da produção familiar, sendo uma importante estratégia dos agricultores familiares. As feiras também são atrativas pela sua configuração: se auto protegem contra produtos que não são locais, tornando-os únicos; o que faz com que sejam geradores de desenvolvimento e renda (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Os feirantes no Jequitinhonha se diferenciam “pelo tipo da exploração, tamanho de suas parcelas e competição entre produtores” (RIBEIRO, 2007, p. 199). Dessa maneira, Ribeiro (2007) e Ângulo (2002) os classificam como fortes e fracos: o primeiro é aquele feirante que possui maior capacidade produtiva e regularidade de vendas, conta com mão de obra familiar, além de às vezes, terceiros, tirando da feira a maior parte da sua renda. Já os feirantes fracos são aqueles que têm pouca participação nas feiras, visto que sua produção é voltada mais para o autoconsumo familiar, enfrentando dificuldades para manter a regularidade de oferta dos produtos. O feirante forte além de empregar mão de obra familiar e assalariada, ganha mais dinheiro, ao contrário do feirante fraco (RIBEIRO, 2007; ÂNGULO, 2002).

Nas comunidades de agricultores (as) familiares, observa-se que estes produzem alimentos bastante diversificados. Esses produtos além de serem para o consumo familiar geralmente também abastecem as comunidades, vizinhos, o urbano, ou programas públicos, isso quando a atividade rendeu além das necessidades de “consumos necessários à reprodução” (GOMES, 2002, p. 42). Nesse sentido, os agricultores conseguem auferir renda, de forma a possibilitar exercer poder de compra, e adquirir materiais para a lavoura e produtos que não produzem, como arroz, óleo e medicamentos.

A comercialização de produtos que excedem a produção agrícola em feiras livres estabelece um vínculo monetário e comercial com o município na qual estão localizados (ÂNGULO, 2002). Parte-se dessa premissa, a ideia de trocas com base das necessidades diversificadas das famílias, onde o outro dispõe de um saldo de produtos. Fortalecem-se, então, as trocas pelo que não puderam produzir (SOUSA, 2004). Segundo Ribeiro (2007) o agricultor escolhe o produto e define a quantidade a ser comercializada por meio de uma combinação de elementos associados ao seu sistema produtivo e às necessidades dos consumidores. A produção oriunda da indústria doméstica rural, por exemplo, possui como destino o consumidor direto, intermediários ou o autoconsumo. Isso significa que um produto da agroindústria local tem por destino quase sempre o próprio local (RIBEIRO *et al.*, 2012).

É possível observar que uma grande proporção de produtos que são levados às feiras, mas acabam por não serem escoados, inclusive bastante perecíveis como as hortaliças. O destino desses produtos que não são vendidos nas feiras não é muito pesquisado, apenas alguns autores observam que produtos que não são vendidos nas feiras livres, “são comercializados nas próximas feiras ou são destinados ao consumo próprio” (SOUSA *et al.*, 2014, p. 3). Outros autores costumam abordar o tema somente sob a perspectiva de gestão de resíduos sólidos, como lixo ou desperdícios, sendo descartados em aterros ou utilizados na reciclagem, como biocomposto, ou coletados para o consumo de famílias de maior vulnerabilidade social.

A pesquisa de Coelho e Pinheiro (2009) e Coelho (2009) demonstra que o principal destino dos produtos que sobram nas feiras cearenses (40%) é de serem guardados e revendidos no dia seguinte ou nas próximas semanas. O segundo destino mais comum desses produtos é congelar carnes, pescados e derivados do leite, a fim de não estragarem. Os feirantes de Cascavel e Ocaratambém destinam alimentos não escoados das feiras para alimentar animais, doações, ou simplesmente se transformam em perdas e lixo (COELHO, 2009). Em outros casos, essa característica pode constituir uma prática social-política de alguns grupos, onde busca-se estimular o consumo inteligente, de forma consciente e não-mercantilizado, aproveitando-se não somente alimentos, como se constituem os *freeganos* (ABONIZIO, 2013).

Outro destino comum dos excedentes agrícolas dos agricultores nas feiras livres também são as bancas do mercado municipal, que segundo Servilha (2008) seriam mercadorias perdidas, por serem altamente perecíveis. Assim, existem feirantes em Araçuaí – MG que trocam seus produtos excedentes das feiras por carnes, cereais e refeições, entre outros, com os mercadores. Por outro lado, os mercadores também realizam essas trocas

movidas pela “solidariedade e identificação com as dificuldades da vida de uma família da zona rural” (SERVILHA, 2008, p. 118). Por fim, Servilha (2008) também destaca que é habitual algum mercador em Araçuaí adquirir esses produtos ao fim das feiras com o objetivo de formação de estoque para a próxima feira, com o intuito de colaborar na redução das perdas dos feirantes, já que os mesmos passam uma maior parte do tempo no mercado municipal, e os feirantes precisam voltar para o rural: “eles não consegue vendê toda, ou eles troca com a gente ou a gente fica vendendo pra eles, ou eles vendem pra gente mais barato” (SERVILHA, 2008, p. 118).

Sobre as dificuldades na condução de programas públicos direcionados às feiras livres, Ribeiro (2007) acredita dizerem respeito principalmente ao transporte dos feirantes de suas comunidades rurais aos locais em que se realizam as feiras, além da inter-relação entre as organizações civis e o setor público. Nas feiras, que se iniciam antes do alvorecer, os feirantes chegam aos espaços de comercialização das mais variadas formas: carros, ônibus, animais, entre outros, mas o transporte é muitas vezes feito pelas prefeituras, de forma gratuita (RIBEIRO *et al.*, 2003).

#### 4 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa utilizou-se fontes primárias, com a aplicação de questionários mistos e entrevistas semiestruturadas elaborados através de um roteiro, com o objetivo de se obter dados, fazendo-se um levantamento simultâneo tanto sobre a avaliação dos impactos econômicos no comércio urbano quanto o destino do excedente das feiras livres:

a) por meio de uma avaliação comparativa com pesquisas anteriores das feiras livres em Chapada do Norte e Turmalina, foi analisada a quantidade de pontos de vendas nas feiras, observando-se a quantidade e os tipos de produtos dispostos nas bancas. A partir disso, foram realizadas entrevistas com uma amostra não probabilística de 15% dos feirantes, sendo divididos proporcionalmente por tipo de produtos vendidos nas feiras da região, que segundo Ribeiro (2007) foi:

- Frutas, verduras e hortaliças - FVH (banana, tomate, alface, entre outros);
- Produtos da Agroindústria Familiar (queijo, rapadura, farinha, outros);
- Bancas diversificadas (Produtos combinados);
- Outros (extrativismo, leite, artesanato e animais vivos).

Nas feiras foi observado que a maioria dos pontos de vendas era composta por feirantes de frutas e verduras (57%), mas que sofreu uma diminuição se comparado com a pesquisa de Ângulo (2002). Dessa maneira, as proporções de entrevistas de cada segmento de produtos vendidos nas feiras foram ajustadas conforme a realidade do levantamento preliminar, como mostra a Tabela 1 abaixo.

**TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO AMOSTRAL NAS FEIRAS PESQUISADAS**

Tipos de bancas	Pontos de		Feirantes pesquisados	Percentual (%)
	vendas	Percentual (%)		
FVH	76	58	21	51
Agroindústria familiar	23	17	8	20
Diversificados	24	17	9	22
Outros	9	8	3	7
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Em Turmalina, percebeu-se que na data da pesquisa na feira houve um crescimento de 28% do número de bancas nas feiras comparado com estudo de Ângulo (2002), com prevalência de feirantes que comercializavam frutas e verduras. Dessa maneira, a amostra prevista para a aplicação das entrevistas foi adaptada e distribuída uniformemente. Em relação à feira de Chapada do Norte, a configuração da feira é bastante diferente ao de Turmalina no que tange aos pontos de venda e segmentos de vendas dos feirantes. Em decorrência disso, optou-se por entrevistar todos os feirantes presentes, sendo que apenas um feirante se recusou.

Com o intuito de se entender a dinâmica dos produtos que excedem nas feiras com a localidade, optou-se por buscar informações de alguns comerciantes dos municípios pesquisados. Foram então, selecionados utilizado o método qualitativo não probabilístico, aplicando-se questionários semiestruturados nos principais setores varejistas dos municípios pesquisados. A escolha pelos estabelecimentos foi feita a partir da indicação dos feirantes sobre as casas comerciais que demandavam seus produtos, principalmente alocados aos fins das feiras. Os estabelecimentos comerciais foram então reagrupados, conforme Ribeiro (2007):

- I) consumo direto – padarias, bares, lanchonetes, salão de cabeleireiro;
- II) abastecimento doméstico - supermercados, farmácias, hortifrúti;
- III) bens de consumo não duráveis - comércio de roupas e calçados, papelarias, lojas de artigos gerais, comércios de tecidos;
- IV) insumos – lojas de produtos agropecuários, postos de gasolina;
- V) materiais de construção – lojas de materiais para construção;
- VI) móveis / eletrodomésticos – lojas do ramo.

No município de Turmalina, foram pesquisados 21 comerciantes, distribuídos conforme os segmentos acima. Já em Chapada do Norte, pesquisou-se 19 comerciantes buscando entender a dinâmica das feiras no comércio local. Os estabelecimentos segmentados se constituíram conforme evidencia a Tabela 2.

**TABELA 2 – SEGMENTAÇÃO AMOSTRAL DOS COMERCIANTES PESQUISADOS**

Segmento	Comerciantes Pesquisados	Percentual
Consumo Direto	6	15,00
Abastecimento doméstico	12	30,00
Bens de consumo não-duráveis	7	17,50
Insumos / Equipamentos agrícolas	6	15,00
Materiais de Construção	4	10,00
Móveis / Eletrodomésticos	5	12,50

Total	40	100,00
-------	----	--------

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com o intuito de se obter uma visualização de espaço e dimensionamento de impacto, foram procurados estabelecimentos comerciantes próximos e distantes das feiras pesquisadas, de forma a se perceber se os feirantes adquirem produtos somente que estão em seu entorno. Os comerciantes dos segmentos alimentícios foram entrevistados em maior número em decorrência de serem potenciais destinos dos excedentes, apontados durante a pesquisa com os feirantes.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa apontaram que os feirantes de Turmalina apresentam uma idade média de 51 anos, tanto homens quanto mulheres; já em Chapada do Norte os homens têm idade média de 38 e as mulheres 53 anos. Foram pesquisados 20 feirantes do sexo masculinos e 21 feirantes do sexo femininos no total nas feiras das duas cidades.

As bancas de frutas, verduras e legumes e produtos diversificados são ocupadas por feirantes com idade na faixa de 46 a 60 anos (50%). As bancas de produtos da agroindústria familiar são ocupadas por feirantes com idade bastante variáveis. Detectou-se que 83% dos feirantes não são aposentados. A maior concentração de aposentados ocorre entre feirantes de Turmalina, correspondendo a 22% dos feirantes deste município.

Com relação ao domicílio dos feirantes percebe-se uma situação diversa: enquanto a feira livre de Chapada do Norte é composta por 35% dos feirantes de outros municípios, em Turmalina esse número corresponde a apenas 7% dos feirantes. Quanto à forma de deslocamento apontada pelos feirantes para comercializar seus produtos nas feiras, também são bastante variáveis, sendo que metade destes vai à feira por meio de automóveis próprios, enquanto que a colaboração dos órgãos públicos na mobilidade da população rural é bastante precária. Alguns feirantes indicaram mais de um tipo de transporte. Os programas de apoio ao transporte coordenados pelas prefeituras, citados por Ribeiro *et al.* (2005) continuam escassos, visto que nas feiras pesquisadas os feirantes ainda não têm acesso. Essa dificuldade de locomoção limita a oferta de produtos nas feiras, ao invés de reduzir o custo e estimular a oferta de produtos, aumentando as receitas dos agricultores (RIBEIRO *et al.*, 2005), acaba por diminuir o abastecimento regular nas feiras e da população urbana.

A quantidade e os tipos de produtos dispostos nas feiras pesquisadas são bastante variados, tanto quantitativamente, quanto as culturas praticadas. Essa variação fica salientada ainda mais em decorrência da sazonalidade de determinados produtos, que são próprios da época das secas ou das águas. Quanto aos alimentos produzidos pelos próprios feirantes, observa-se que a variedade da produção familiar vendida tanto por homens como pelas mulheres (ou em suas respectivas bancas) feirantes nas feiras é bastante similar quantitativamente, totalizando 71 produtos variados disponibilizados nas bancas, que variam de acordo com a sazonalidade de cada produto. Em relação à quantidade de agricultores que comercializam determinado produto e os tipos de produtos presentes nas feiras, observa-se que em média três produtos comercializados pelos feirantes são similares, levando em consideração os sexos (ou as bancas), mostrando-se como a produção complementar, com exceção dos produtores de cereais e de agroindústrias, mostram-se bastante variáveis. Comparando a produção de homens ou mulheres feirantes (banca a banca), esse percentual fica na faixa de 2 agricultores que produzem cada tipo de alimento disposto nas bancas das feiras.

Por outro lado, a variedade também se combina, de modo que cada feirante acaba por vender nas bancas produtos que outro não dispõe, ou não se especializou, ou simplesmente não o cultiva. Os produtos com maior oferta de variedade nas feiras são as verduras e os produtos da Agroindústria (IDR). Assim, observa-se que existem produtos nas feiras que são mais comumente vendidos em muitas bancas, levando-se em consideração o sexo do feirante (ou banca-a-banca): nas bancas de frutas, por exemplo, embora haja pouca variedade, pelo menos 70% dos vendedores vendem a mesma variedade de produtos; das hortaliças, ambos os sexos possuem em suas bancas 90% de produtos variados, de forma que um tenha alguns produtos que o outro não disponha – e vice-versa.

Em relação à quantidade de produtos que os feirantes levam às suas bancas, a pesquisa indicou que 65,85% dos feirantes sabiam a quantidade de produtos que levavam; 19,51% dos agricultores não souberam dizer o quanto levaram; 9,76% deles sabiam em parte quantificar o quanto levaram e 4% não responderam. Dessa maneira, pelas observações dos feirantes, a quantidade comercializada de produtos se definiu principalmente através de dois parâmetros: i) planejados, quando os feirantes usam como referências as feiras anteriores (34%) e a sazonalidade do produto (15%); ii) não planejados, quando as bancas são abastecidas pela quantidade de produtos existente em seu terreno que é capaz de carregar (37%), ou por meio da dedução sem parâmetro (12%). Dessa forma, observa-se uma divisão nas decisões de comercialização nas feiras por parte dos feirantes, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Decisão da quantidade de produto que leva às feiras, Turmalina e Chapada do Norte, 2016.

Decisão da quantidade	Nº feirantes	Percentual (%)
Deduz a quantidade	5	12,20
Pela época do produto / ano	6	14,63
Com base na feira anterior	14	34,15
Todo o produto que tiver / conseguir trazer	15	36,60
Não respondeu	1	2,43
Total	41	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação ao tipo de produto, os feirantes de produtos da agroindústria foram os que mais souberam quantificar a produção levada às feiras (87,5%), ao passo que feirantes de produtos mais diversificados foram os que menos souberam quantificar, como mostra a Tabela 4. Os principais produtos que os feirantes costumam ofertar em outras épocas do ano são as verduras (51%), seguidas dos produtos agroindustriais (17%) e frutas (13%).

Tabela 4 - Percentual de feirantes que sabiam quantificar os produtos que levam às feiras, Turmalina e Chapada do Norte, 2016, em percentual (%)

Segmento	Sim	Não	Em parte	Não respondeu	Total (%)
FVH	66,67	19,05	14,29	0,00	51,22
Agroindústria familiar	87,50	12,50	0,00	0,00	19,51
Diversificados	55,56	33,33	0,00	11,11	21,95
Outros	33,33	0,00	33,33	33,33	7,32
Total	65,85	19,51	9,76	4,88	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Muitos feirantes pesquisados não conseguem escoar todos produtos até o fim das feiras. Observa-se este caso em 93% das bancas pesquisadas. Este percentual pode estar relacionado com a decisão do quanto levar à feira, como mostrado na Tabela 11, mas também pode ser decorrência da volatilidade do mercado e da sazonalidade do produto, se conta com grande

oferta de similares durante a feira. Percebeu-se que sempre há sobra para os feirantes que comercializam produtos diversificados; da mesma maneira, para 95% dos feirantes de frutas, verduras e hortaliças pesquisados há ocorrência de sobras de seus produtos aos finais das feiras, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 5 - Ocorrência de excedentes de produtos ao fim das feiras pesquisadas, por categoria, feiras de Turmalina e Chapada do Norte, 2016

Categoria	Ocorrem excedentes	Não ocorrem excedentes	Não respondeu	Total
FVH	20	0	1	21
Agroindústria familiar	7	1	0	8
Diversificados	9	0	0	9
Outros	2	1	0	3
Total	38	2	1	41

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A pesquisa também apontou o período em que sobram mais produtos ao fim das feiras. Pelas informações dos feirantes, percebe-se que todos os produtos têm menor escoamento nas feiras durante a época da seca, sendo constatado esse fenômeno entre acima de 50% dos feirantes pesquisados, especialmente aqueles que possuem bancas que dispõem produtos combinados (75%), por exemplo, produtos agroindustriais como frutas simultaneamente, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Época que sobram mais produtos, segundo os feirantes pesquisados, feiras de Turmalina e Chapada do Norte, 2016, em percentual

Tipo de banca	Na seca	Nas águas	Varia	Não se aplica	Total
FVH	52,17	4,35	4,35	39,13	56,10
IDR	57,14	0,00	0,00	42,86	17,07
Outros	0,00	0,00	0,00	100,00	7,32
Diversificados	75,00	0,0	12,50	12,50	19,51
Total	53,66	2,44	4,88	39,02	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Durante a época da seca a oferta de produtos é mais variada, e a quantidade se torna maior. Isso explica a quantidade elevada de produtos sobrando, já que as famílias dispõem de condições mais controladas de produção, e se têm acesso à água podem cuidar da produção. Segundo as informações prestadas pelos feirantes, observou-se que em termos quantitativos a variedade que mais excede são os produtos diversificados, seguidos de frutas e verduras. Tratando do volume de produtos que não são escoados nas feiras, os feirantes de frutas e verduras mostram ter maior dificuldade em escoar seus produtos, seguida pelas bancas com produtos diversificados. A quantidade de produtos excedentes nas feiras não pode ser estimada pelos feirantes. Lembra-se que as bancas com produtos diversificados são compostas por produtos similares às demais bancas, logo sua diversidade é maior.

Apesar de não escoar a totalidade dos produtos, verificou-se que os feirantes criam estratégias a fim de evitar o descarte final do produto, dando-lhe fins distintos. Os feirantes de frutas, hortaliças e verduras costumam retornar com os produtos que sobram para sua residência (29%) ou doar a hospitais, escolas, entre outros (27%), ou alimentar seus animais (27%). Feirantes alertaram que grande parte das hortaliças costuma ser encaminhada para doações, devido à perecibilidade ser bastante grande. Feirantes de produtos da agroindústria costumam retornar com seus produtos não comercializados (mais de 50%), pois o mesmo possui maior valor agregado e são menos perecíveis: logo, não precisam baixar o preço ao fim das feiras para se desfazer de estoques, como ocorre com outros produtos. Os feirantes de bancas diversificadas também costumam levar seus produtos não comercializados para sua própria residência (44%). Estes feirantes relataram que costumam utiliza-los na sua própria alimentação, bem como guardá-los, a fim de vender nas próximas feiras. Utilizam também fazer trocas com os vizinhos, ou usá-los na criação dos seus animais. Os produtos que apresentaram menos excedentes, bem como menor oferta, foram aqueles das bancas classificadas como Outros, basicamente pequenos animais. Os produtos que não são escoados nas feiras também podem ser destinados aos comerciantes locais (17%), como mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Destino dos produtos não escoados pelas bancas de feirantes de Turmalina e Chapada do Norte, 2016

Tipo de banca	Número	Destino dos excedentes das feiras
---------------	--------	-----------------------------------

	de bancas	Variedade de produtos excedentes nas bancas	Leva para casa	Vende/ troca com comerciantes	Troca com feirantes	Doa	Outro	Não respondeu
FVH	21	28	12	6	2	11	11	0
IDR	8	10	4	0	1	0	2	1
Outros	3	2	1	0	0	0	1	1
Diversificados	9	33	6	2	0	2	1	0
Total	41	73	23	8	3	13	16	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Sobre as condições de armazenamento de produtos que excedem aos finais dos dias de feiras, observou-se que produtos *in natura*, como frutas, verduras e hortaliças não podem ser armazenadas por muito tempo (TABELA 7). Logo se observa que o feirante procura tanto levar para casa para consumir, como repassa aos comerciantes e principalmente faz doações (TABELA 7). Os produtos folhosos perecem rapidamente, com variação na coloração, ficando pouco atrativos para ser vendido aos consumidores em feiras posteriores. Como relatado anteriormente, os produtos advindos da agroindústria são os que possuem melhores condições de armazenamento, sendo tanto o corante resguardado para as próximas feiras, como também a rapadura, as farinhas e o queijo (embora este último tenha um tempo de maturação e de ‘ponto’ de qualidade mais reduzida do que os outros).

Tabela 8 – Armazenamento de produtos que excedem nas feiras, em número de bancas, nas feiras de Turmalina e Chapada do Norte, 2016.

Tipo da banca	Total de bancas	Pode armazenar os produtos?			TOTAL
		Sim	Não	Não respondeu	
FVH	21	6	12	3	21
Agroindústria familiar	8	6	2	0	8
Outros	3	1	0	2	3
Diversificados	9	5	4	1	9
Total	41	18	18	5	41

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação aos preços dos produtos que não foram escoados ao fim das feiras a maioria dos feirantes relatou que estes tendem a ficar mais baratos ou mantêm o mesmo preço, se comparados com os preços iniciais. Os produtos que caem mais preços são aqueles que possuem maturação mais rápida; os produtos com o mesmo preço são aqueles que não alteram muito sua qualidade se armazenados, como os oriundos da agroindústria rural. Observa-se que na visão dos feirantes não existem produtos tendendo a serem mais caros, exceto para um feirante pesquisado.

Os feirantes pesquisados relataram que com a chegada do fim do horário de realização das feiras, passam a adotar estratégias para que os produtos que ainda não foram escoados tenham o seu destino, minimizado essa situação dos produtos na sua banca: i) vendem esses produtos à crédito à preços mais atrativos, utilizando-se anotações ou ‘bloquinhos’, sendo que esse débito é quitado pelo cliente tanto na próxima ida à feira ou em dias específicos, como no período de liberação de pagamentos ou de aposentadorias. Com a redução dos preços, alguns feirantes relataram esse surgimento de alguns consumidores, que também fazem pagamentos à vista; ii) os produtos são utilizados também como moeda de trocas, tanto com os outros feirantes por produtos que não costuma produzir, como com os comerciantes locais, onde trocam principalmente por alimentos básicos ou de consumo do lar, como feijão, óleo, macarrão, produtos de higiene, entre outros.

Por meio dos questionários aplicados nos estabelecimentos comerciais, percebeu-se que onze dos comerciantes pesquisados adquirem produtos de feirantes. Apenas um comerciante pesquisado do setor de consumo direto não adquiria produtos advindos das feiras. Os demais setores, pelo setor das atividades (serviços, bens duráveis), não adquirem produtos de feirantes. Percebe-se que os produtos mais adquiridos dos feirantes pelas casas comerciais são tomates (80%), laranjas (63%), alface (45%), banana (36%) e farinha (36%), entre outros (TABELA 9), comprados principalmente por comerciantes do segmento de consumo direto, como padarias e restaurantes. Da mesma maneira, os supermercados foram os que mais adquiriram produtos das feiras, principalmente verduras.

Tabela 9 – Variedade de produtos adquiridos pelos comerciantes aos feirantes depois das feiras de Turmalina e Chapada do Norte, 2016.

Tipo de produto	Número de variedades de produtos que compra		Total
	Estabelecimento	Estabelecimento	

	de venda para consumo direto	de venda para abastecimento doméstico	(variedades)
Frutas	2	2	2
Verduras	11	8	13
Hortaliças	5	2	5
Agroindústria	0	2	2
Outros	1	0	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação às quantidades de produtos adquiridas pelos estabelecimentos comerciais locais, observa-se que a farinha de mandioca é o produto mais comprado, seguido por laranjas e bananas. A periodicidade de aquisição dos produtos é variada, principalmente para os feirantes de Chapada do Norte, já que os comerciantes (e os consumidores) se abastecem de produtos para o restante da semana em face da irregularidade da oferta. Os comerciantes também foram indagados sobre os destinos dos produtos adquiridos nas feiras. Alguns relataram que os beneficiam, utilizando-os em lanches e sucos vendidos aos seus consumidores das padarias, lanchonetes e restaurantes. Já os supermercados pesquisados declararam que beneficiam somente bananas na fabricação de doces, sendo o restante comercializado *in natura*.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras livres se compõem como um importante canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. As feiras proporcionam uma dinamização econômica e produtiva local, de forma a gerar desenvolvimento renda. Foi possível observar que as feiras livres jequitinhonhenses, embora aparentem uma singela miudeza aos olhares desconhecidos, são capazes de construir economias locais, estreitando laços diretos com os comerciantes, e indiretos ao viabilizar ampliação de mercados, isto é, alargar o espaço de atividades associadas às feiras. As feiras também são capazes de criar ocupações e gerar renda para as famílias de agricultores familiares. As feiras pesquisadas contam com uma variada disponibilidade de produtos, levando-se em consideração as épocas do ano. Feirantes no Jequitinhonha se mostram solidários ao comercializar produtos de terceiros, sobretudo de seus

familiares, amigos e vizinhos, promovendo um fortalecimento de laços de confiança das comunidades rurais.

Feiras são construídas sob o patamar de mercados localizados, isto é, possuem uma estrutura protetiva nos locais que se inserem. Produtos de feirantes abastecem a população urbana de acordo com os modos de vida local, isto é, os produtos obedecem uma pauta de gostos locais, referente a textura, ao sabor, à maturação e às estratégias de vendas, aliadas a um relacionamento interpessoal entre feirantes, entre consumidores e entre comerciantes. Produtos oriundos da agricultura familiar, em especial da agroindústria, como farinha de mandioca, de milho ou rapaduras, por exemplo, não são concorrentes sob o ponto de vista mercadológico, com produtos de grandes centros de comercialização. A diversificação e variedade regional não chegam a alcançar outras localidades de forma significativa.

Assim como outros autores pesquisaram e observaram sobre as relações de trocas sociais ocorridas nas feiras, no Jequitinhonha mineiro não foi diferente: continua de fato a existir uma conexão bastante estreita com os consumidores que a frequentam e com o comércio urbano. Quanto aos destinos dos excedentes produtivos, foi possível identificar as estratégias dos agricultores quanto às sobras ao fim das feiras, onde chama a atenção para o fato de facultarem alguns destes que, a princípio, são vistos como meras perdas: como ocorre com os folhosos, ao dar um propósito novo, por meio de doações a escolas e hospitais, que sob o ponto de vista capitalista é uma medida nada atrativa.

Os produtos excedentes oriundos de fins de feiras são realocados a destinos comuns, em geral na própria localidade, como alimentar seus próprios animais ou comercializar aos estabelecimentos urbanos locais. A dinâmica do alcance do produto configura-se numa rede bastante curta: se insere num circuito econômico muito próximo do próprio feirante, uma vez que a renda proveniente da feira é a mesma que torna a circular no comércio urbano; os alimentos comercializados são de origem (ou pegada) curta, não tendo perdas de transporte, como ocorrem com os grandes centros de abastecimento; relações interpessoais curtas, no que tange ao contato direto do produto com o consumidor final, eliminando-se a necessidade da figura do intermediário na comercialização.

As feiras livres possuem grande importância, mas que ainda não é observada com os devidos cuidados pelos governos, necessitando ainda de estabelecer políticas públicas, seja de incentivo, de estrutura, de inclusão produtiva ou mesmo de assistência técnica. São comuns nos municípios pesquisados, episódios como a falta de apoio para a mobilidade de feirantes ao urbano, que só tendem a gerar dificuldades no abastecimento, além de desestimular essa produção de excedentes a fim de abastecer o meio urbano. A diminuição da quantidade

feirantes locais acaba também por atrair feirantes de outras regiões, logo impactando economicamente: essa renda é destinada ao município de onde o mesmo habita, não para onde se deslocou. O poder público precisa criar estratégias que visem superar o dilema do transporte de agricultores até os meios urbanos ou possibilitar uma espécie de incentivo ou custeio. Institucionalizar uma política de mobilidade rural nacional é necessária, o que semelhantemente ocorre com o transporte de estudantes, a fim de ter acesso à educação. Pode-se pensar em uma combinação de políticas públicas, atreladas com as já existentes, a fim de viabilizar que outros grupos sejam alcançados.

A associação ou combinação de pesquisas de feiras livres com programas públicos institucionais, como o PAA e o PNAE poderão se tornar informações relevantes, na medida em que se comparam as dinâmicas de transformação dos ganhos com a renda familiar, além das estratégias posteriormente adotadas pelas famílias dos agricultores na gestão familiar desses recursos.

## REFERÊNCIAS

- ABONIZIO, J. (2013) Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 49, N. 2,. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/viewFile/csu.2013.49.2.07/2589](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2013.49.2.07/2589) . Acesso em 28 de junho de 2017.
- ABRAMOVAY, R. (1998). Agricultura Familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr.. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051> . Acesso em 29 de agosto de 2016.
- ALVES, E. A agricultura familiar. (1997). **Revista de Política Agrícola** - Ano VI-W03- Jul-Ago-Set. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-politica-agricola/revista-de-politica-agricola-n03-1997.pdf/@download/file/Revista%20de%20Politica%20Agr%C3%ADcola%20-%20n03-1997.pdf> . Acesso em 30 de outubro de 2016.
- ÂNGULO, J. L. G. (2002)*Feira e desenvolvimento local: o caso de Turmalina, vale do Jequitinhonha, MG*, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras,. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/10379/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Mercado%20local,%20produ%C3%A7%C3%A3o%20familiar%20e%20desenvolvimento%3A%20e>

- [studo%20de%20caso%20da%20feira%20de%20Turmalina,%20Vale%20do%20Jequitinhonha,%20MG.pdf](#) . Acesso em 03 de setembro de 2016.
- ANJOS, F.S.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V. (2005) *As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária,
- ASSIS, T. R. P. (2005). *Agricultura familiar e gestão social: ongs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural*. Dissertação (mestrado em administração), Universidade Federal de Lavras, Lavras,. Disponível em: [http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2612/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Agricultura%20familiar%20e%20gest%C3%A3o%20social.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2612/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Agricultura%20familiar%20e%20gest%C3%A3o%20social.pdf) . Acesso em 12 de agosto de 2016.
- CARMO, M. S. (1994) *Reestruturação do sistema agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta*. 1994. 252 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas,
- CARNEIRO, M. J. (1998) Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/135> . Acesso em 02 de setembro de 2016.
- CEPAL. (2014). *Fomento de circuitos cortos como alternativa para la promoción de la agricultura familiar*. *Boletín CEPAL/FAO/IICA*, 14 p. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/54164/BoletinCEPALFAOIICA.pdf> . Acesso em 02 de março de 2017.
- COELHO, J. D.( 2009). *Feiras livres de Cascavel e Ocara: caracterização, análise de renda e das formas de governança dos feirantes*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil..
- COELHO, J. D.; PINHEIRO, J. C. V.( 2009). Análise das formas de governança dos feirantes que atuam nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 47, , Porto Alegre: *Anais*.. Porto Alegre: SOBER. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5193/1/2009\\_eve\\_jcvpinheiro.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5193/1/2009_eve_jcvpinheiro.pdf) . Acesso em 22 de agosto de 2016.
- COUTO ROSA, S. L. (1999). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável. In: *Anais do 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER*. Foz do Iguaçu: Anais... Agosto . Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/agricfamiliardeenvolvlocal sustentavel.pdf> . Acesso em 17 de setembro de 2016.

- FREIRE, A. G. (2013) *Água e vida na roça: uso da terra e organização do trabalho familiar a partir da disponibilidade hídrica em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha*. In: GALIZONI, F. M. Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 254 p.: Il. – (Humanitas).
- GARCIA, M. F. (2002). Representações científicas e práticas mercantis camponesas. *Revista Raízes*: Campina Grande, vol. 21, nº 02, p. 196–211. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_21.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_21.pdf) . Acesso em 22 de março de 2017.
- GODOY, W. I.( 2005). *As feiras-livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização*. Tese de Doutorado (Produção Vegetal) - Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas,. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/GODOY-Feiras-Livres-2005.pdf>>. Acesso em 09 de setembro de 2016.
- GOMES, C. (2002) *Economia do sistema comunitário: enquanto a mercadoria e a moeda não existem*. Porto: Campo das Letras. Disponível em: <http://docplayer.com.br/10236608-Economia-do-sistema-comunitario-enquanto-a-mercadoria-e-a-moeda-nao-existem-carlos-gomes.html> . Acesso em 15 de setembro de 2016.
- GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. (1983). As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectivas*, São Paulo, 6:85-100,. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/226/1473> . Acesso em 19 de agosto de 2016.
- LIMA, M.A.E.F.; SAMPAIO, J.L.F.; (2009). Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará: relações e trocas. In: *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, , p. 1-19. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Anna%20Erika%20Ferreira%20Lima.pdf> . Acesso em 16 de setembro de 2016.
- ORTEGA, A. C. (2008) *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu.
- PERICO, R. E. (2009). *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- PECQUEUR, B. *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul*. *Raízes*, Campina Grande, Vol. 24, 2005. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_53.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf) . Acesso em 22 de março de 2017.

- PLOEG, J. D. V. D. (2006). *O modo de produção camponês revisitado*. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS., p. 13-54. Disponível em: [http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade\\_O\\_modos\\_de\\_prod.pdf](http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_prod.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2017.
- PLOEG, J. D. V. D. (2009). *Sete teses sobre a agricultura camponesa*. In: PETERSEN, P. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA., p. 17-31. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA\\_agricultura\\_familiar\\_camponesa\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_futuro.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%C3%A7%C3%A3o_futuro.pdf?sequence=1). Acesso em 12 de março de 2017.
- PORTO, G. C. S. (2005). *Configuração sócio-espacial e inserção das Feiras Livres de Itapetinga-BA e arredores no Circuito inferior da economia*. 166 f., Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19361/1/Gil%20Carlos%20Silveira%20Porto.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2016.
- RIBEIRO, E. M. (2007). *Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal de Lavras..
- RIBEIRO, E. M. *et al.* (2003). A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. *Revista Unimontes Científica*: Montes Claros,. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/53/47>. Acesso em 14 de dezembro de 2016.
- RIBEIRO, E. M. *et al.* (2007). As feiras livres do Jequitinhonha: feirantes, consumidores e comércio urbano no semiárido mineiro. *Revista Crítica de Humanidades*, Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/117>. Acesso em 17 de outubro de 2016.
- RIBEIRO, E. M. *et al.* (2014). Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro. *Revista Agriculturas*. v. 11, n.2, julho.
- RIBEIRO, E. M. *et al.* (2012). Mercados Locais, Indústria Doméstica Rural e comercialização na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha. In: XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012. *Anais...* Diamantina: CEDEPLAR, Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2012/trabalho/economia/mercados-locais,-industria->

- [domestica-rural-e-comercializacao-na-agricultura-familiar-do-alto-jequitinhonha--](#) . Acesso em 18 de outubro de 2016.
- RIBEIRO, E. M. *et al.* (2005). Programa de apoio às feiras livres e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. *Revista Agriculturas*, v. 2, p. 5-9. Disponível em: < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-1-Programa-de-apoio-%C3%A0s-feiras-e-%C3%A0-agricultura-familiar-no-Jequitinhonha-mineiro1.pdf>> . Acesso em 22 de janeiro de 2017.
- SERVILHA, M. M. (2008). *As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado de Araçuaí – MG*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Disponível em: <http://locus.ufv.br/handle/123456789/4086> . Acesso em 10 de março de 2017.
- SOUSA, F. A. R. M. *et al.* (2014.). *Aquisição e destinos de mamão “Hawaii” remanescentes em feiras livres do Território da Borborema – PB*. 9º Congresso De Educação Agrícola Superior Areia – PB, Disponível em: [http://www.abeas.com.br/reuniao2014/artigos/20\\_artigo.pdf](http://www.abeas.com.br/reuniao2014/artigos/20_artigo.pdf) . Acesso em 15 de setembro de 2016.
- SOUSA, L. G.( 2004). *Memórias de economia: ensaios: a realidade brasileira*. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/lgs-mem.htm> . Acesso em 20 de setembro de 2016.
- WANDERLEY, M. N. B. (2009). *O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro*. In: PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 17-31. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA\\_agricultura\\_familiar\\_camponesa\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_futuro.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%C3%A7%C3%A3o_futuro.pdf?sequence=1)> . Acesso em 12 de março de 2017.
- WANDERLEY, M. N. B. (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 21, p. 42-61,. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234> . Acesso em 12 de agosto de 2016.